

GDF só fiscaliza abate em 92

Oswaldo Buarim Jr.

O abate e comércio de carne clandestina no Distrito Federal vai perdurar por pelo menos mais um ano até que o governo providencie ações para acabar com a prática, que domina 60% do mercado consumidor do produto no DF. A avaliação é do assessor especial para Assuntos de Pecuária da Secretaria de Agricultura, Mardoqueu Gomes de Carvalho, que prepara a minuta de anteprojeto de lei para regulamentar a fiscalização, a ser encaminhada pelo secretário Renato Simplicio e pelo governador Joaquim Roriz à Câmara Legislativa.

De acordo com o assessor, estão em atividade mais de 20 matadouros "rústicos" e pontos de abate de gado no Distrito Federal e Entorno, sem qualquer condição de higiene ou controle de saúde dos animais. A criação de um serviço de inspeção regional — nos moldes do Serviço de Inspeção Federal (SIF), porém menos exigente —, na opinião de Mardoqueu, deve acontecer simultaneamente à construção de vários matadouros nas cidades-satélites e núcleos rurais para facilitar a procura do serviço pelos produtores rurais. As primeiras medidas do GDF são a lei para melhorar a fiscalização que lhe foi delegada pelo Ministério da Agricultura em 1989 e a convocação de vários secretários e administradores regionais para um debate no próximo dia 27, onde serão discutidas as fórmulas para combater o comércio e abate de carne clandestina.



A possibilidade de desabastecimento de carne com o congelamento de preços "vai aumentar muito a entrada de carne clandestina no mercado", calcula o diretor da Divisão de Fiscalização Sanitária da Secretaria de Saúde, Luís Medeiros. Ele também concorda que o consumo atual de carne clandestina em Brasília "é de 60%, e não menos que isso". Vários são os motivos, na opinião de Medeiros, para que os produtores de carne procurem os abatedouros clandestinos. Os principais são a sonegação de ICMS, o não pagamento dos custos de transporte e abatedouro re-

gular. "Com o congelamento cresce a busca do lucro mais fácil e mais vultoso", explica Medeiros.

As secretarias de Saúde e Agricultura concordam que a melhor maneira de combater a carne clandestina é oferecer matadouros regulares próximos às localidades produtoras, de preferência atendendo a cooperativas de criadores. Mas a iniciativa não será bem-sucedida se não houver uma ação integrada com a Secretaria do Entorno, que depende de aprovação da Câmara Legislativa. A nova Secretaria, na opinião dos técnicos, teria a incumbência de acertar ações conjuntas com os governos de Goiás e Minas Gerais, impedindo o abate clandestino na região geoeconômica de Brasília. Nos últimos doze meses, a Secretaria de Saúde apreendeu 11,2 toneladas de produtos irregulares de origem animal e vegetal, a maioria carne clandestina. A Secretaria de Agricultura, só em janeiro, apreendeu 5,2 toneladas de carne não autorizada pela inspeção de higiene.

Luís Medeiros, da fiscalização de Saúde, disse que a carne clandestina muitas vezes é oferecida com capim e fezes aos açougues, caracterizando a morte do gado no cerrado. "Nesses locais, sem a menor condição de higiene, é segura a contaminação da carne", disse Medeiros. Outras normas que os abatedouros clandestinos não respeitam são o desejum do gado por 24 horas para garantir a eliminação de toxinas, e o exame após a morte da rês.